

Mianmar: Uma nova etapa na luta contra a ordem militar – a resistência pede solidariedade!

Via [Europe Solidaire](#)

Seis longas semanas após o golpe de 1 de fevereiro, o vasto movimento de desobediência civil em Mianmar conquistou uma primeira vitória significativa: impedir que a junta reivindique o controle do país. O exército respondeu recorrendo, em particular, a uma política de terror multifacetada. Entramos em uma nova etapa no confronto entre a ordem militar e o movimento democrático. Diante da violência do assalto, a resistência continua sua luta em circunstâncias muito difíceis. Ela deve poder contar com a solidariedade internacional.

A partir de 1º de fevereiro, a junta realizou prisões cada vez mais maciças: cerca de 2.000 pessoas foram presas (temporária ou permanentemente). Os assassinatos começaram em meados de fevereiro, depois se tornaram sistemáticos a partir do final do mês; até hoje, o diário online Irrawaddy conta mais de 60 pessoas mortas e o número continua a aumentar. O espectro dos massacres de 1988 e seus 3.000 mortos assombra o país, embora a situação tenha mudado. O país estava na época isolado do mundo pela junta governante, e levou um ano para que toda a extensão do derramamento de sangue se tornasse totalmente conhecida. Estamos agora informados da situação cotidiana e o exército ainda não conseguiu, apesar de seus melhores esforços, assegurar uma censura eficaz. Um coletivo de fotojornalistas, The Myanmar Project, foi criado e muitos jornais ainda estão cobrindo os eventos enquanto escrevo este artigo.

Impedindo a “normalização interna”

O movimento de desobediência civil conquistou uma primeira e decisiva vitória: através de seu tamanho maciço, impediu que os putschistas impusessem seus fatos consumados. Ninguém pode desconhecer que este é um regime ilegítimo; os militares perderam a batalha pela comunicação. No plano interno, eles estão lutando para normalizar a situação. O funcionamento da administração é dificultado pela greve dos funcionários públicos. O sistema bancário público e privado está paralisado, as empresas (inclusive as de propriedade dos militares) estão paralisadas. O transporte ferroviário está severamente perturbado, assim como a produção de gás e a refinação de petróleo, de acordo com o sindicato CTUM. Os magnatas se preocupam com as consequências econômicas do golpe e apoiam discretamente a resistência. Personalidades organizam campanhas de arrecadação de fundos para ajudar os grevistas que perderam toda a renda. Cerca de 600 policiais desertaram, alguns encontraram refúgio na Índia. Um grande número de diplomatas e embaixadas se recusaram a reconhecer os golpistas, o que restringiu os contatos internacionais da junta.

Neste país budista onde a ordem monástica tem 500.000 membros divididos em 9 seitas, o clero permaneceu até agora nas linhas laterais, ao contrário do que aconteceu em 2017. Grupos de bhikkus (monges) se reuniram para as manifestações, acenando cartazes, mas isto permaneceu anedótico – eles eram em menor número do que os monges pró-armamento que apoiaram publicamente o putsch alguns dias antes de acontecer. As autoridades religiosas oficiais (a Sanga) não deveriam se envolver em política, mas isto não é observado na prática. Movimentos com pontos de referência budistas cobrem todo o espectro político, até a extrema direita fascista, como foi o caso da Organização para a Defesa da Raça e da Nação (Ma Ba Tha) que desempenhou um papel muito significativo na época do genocídio de Rohingya em 2014.

A Sanga é geralmente próxima ao governo, sem fazer de seu caráter ditatorial um osso de discórdia. Desde o golpe, a liderança militar se preocupou mais do que nunca em cortejar a hierarquia das ordens. Há monges pró-democracia, provavelmente mais numerosos do que parecem hoje, mas eles não se identificam com a Liga Nacional para a Democracia (NLD) liderada por Aung San Suu Kyi (ASSK, uma figura altamente autoritária) com quem tiveram uma relação muito tensa. Um monge de Rangoon disse a Bruno Philip, um jornalista do Le Monde: “É uma pena que o altamente respeitado pai do General Aug San [líder do movimento anti-colonial], pai de Suu Kyi, tenha dado à luz uma mulher assim”. [1] Um dos mais influentes líderes budistas, Sitagu Sayada, que se diz desfrutar da vida luxuosa e é muito próximo do General-em-Chefe, sofreu uma enxurrada de críticas nas mídias sociais. Sua seita, a Shwe Kyin, finalmente pediu aos militares que fossem mais comedidos na repressão. [2]

O Movimento de Desobediência Civil (CDM) continua a organizar greves gerais de um dia e um de seus componentes, a Confederação dos Sindicatos de Mianmar (CTUM) lançou um apelo urgente de solidariedade com o objetivo particular de obter “uma dura sanção abrangente que possa acabar com o regime e sua estrutura” para “reconstruir a Birmânia a partir do zero – sem qualquer interferência dos militares”. [3] As apostas são claras. Trata-se de pôr um fim de uma vez por todas à ordem militar imposta quase continuamente à Birmânia desde 1962. Os povos da União da Birmânia precisam de uma forte ação internacional para fazê-lo.

Isolar, sancionar a junta

A junta provavelmente pensou que as condenações internacionais previsíveis do putsch não teriam grandes consequências. Um erro. O movimento de desobediência civil mudou as regras do jogo. Muitos poderes estabelecidos não podem simplesmente fazer vista grossa ou contentar-se com protestos formais. Na verdade, foram tomadas sanções que carregam algum peso. “Como

quebrar o impasse?”, pergunta a jornalista Laure Siegel, da Mediapart. Ela responde em um artigo notável pedindo “Apoio internacional, embargo, boicote, resistência interna, alianças transfronteiriças de cidadãos”. Um bom resumo! [4]

Os militares estão procurando esgotar o movimento cívico, aterrorizar a população e dividir a oposição. A resistência democrática tem uma necessidade vital de solidariedade, é uma questão de sobrevivência – mas hoje é possível dar à junta alguns golpes muito duros se a pressão política for mantida, assim como é possível trazer apoio concreto para as lutas populares. Os exemplos a seguir mostram isso.

O representante de Myanmar nas Nações Unidas denunciou o golpe, o que dificultou o reconhecimento de fato da junta. As embaixadas estão se separando, mantendo sua lealdade ao governo (agora subterrâneo) da Liga Nacional para a Democracia (NLD). A junta não foi reconhecida por organismos internacionais, incluindo a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). O presidente americano Joe Biden bloqueou uma transferência de US\$ 1 bilhão do Banco da Reserva Federal de Nova Iorque para o Banco Central de Myanmar. O congelamento de ativos birmaneses no exterior é, portanto, possível. Deve ser generalizado e as viagens ao exterior de dignitários do regime putschista devem ser proibidas!

A União Europeia está suspendendo oficialmente a ajuda que poderia beneficiar os militares. É preciso passar das declarações às ações. Foi criada uma plataforma que rastreia as empresas ocidentais que fornecem material “sensível”. A responsabilidade das empresas estrangeiras que equipam as forças repressivas da junta é denunciada. Uma empresa italiana vende armas leves (que escapam dos controles do comércio de armamento pesado, mas que são adequadas para a repressão). [5] As empresas suecas oferecem smartphones enquanto as empresas americanas vendem software de hacking. Israel envia drones de vigilância ou drones capazes de despejar gás lacrimogêneo sobre a população. Em termos de investimento e comércio, a

integração da economia birmanesa é, acima de tudo, regional: Cingapura, China, Tailândia, Índia... países não muito inclinados a interferir nos “assuntos internos” de seus vizinhos. No entanto, algumas empresas estrangeiras deixaram de lidar com a junta. É o caso, por exemplo, de Kirin, o gigante cervejeiro japonês, que encerrou uma joint venture de seis anos com uma holding do exército. A empresa australiana Woodside decidiu cessar suas atividades nos campos de petróleo e gás, que valiam 920 milhões de euros por ano. [6]

O apelo para um boicote internacional aos produtos da “economia caqui” está sendo organizado, novamente através de plataformas de Internet. A Federação de Trabalhadores Gerais de Mianmar (FGWM) apelou às marcas de vestuário para proteger seus grevistas de medidas de retaliação por parte dos empregadores ou dos militares por sua participação no Movimento de Desobediência Civil – “recusar-se a fazê-lo equivalerá a ficar calado contra os crimes da junta militar de Mianmar”. LaborNotes fornece uma lista de marcas que utilizam a produção birmanesa. [7]

Entre as multinacionais sobre as quais deve ser exercida a máxima pressão estão obviamente, no setor petrolífero, a Chevron (Estados Unidos) e a Total (França) que pagaram quase 230 milhões de euros em 2019 em impostos e ações ao governo birmanês. Hoje, a Total é responsável perante o povo da Birmânia. “Doctor Sasa”, uma figura da NLD, disse em uma entrevista ao Le Monde: “Peço ao Presidente Emmanuel Macron que nos conceda sua ajuda, incluindo, no futuro, o apoio militar para nosso futuro exército federal. Peço também à empresa Total, presente na Birmânia, que deixe de colaborar economicamente com o regime”. [8]

A resistência está se reorganizando para fazer frente ao salto qualitativo da repressão. Está testando medidas desarmadas de autodefesa em bairros e vilarejos para deter o movimento militar. Ativistas conhecidos estão se escondendo. Os contatos estão sendo fortalecidos com os movimentos de emigração e

solidariedade birmaneses nos países vizinhos (principalmente na Tailândia). Milhões de kyats (a moeda local) foram enviados da Tailândia, onde 70% dos trabalhadores imigrantes birmaneses estão localizados. Há um forte senso de proximidade entre os ativistas de ambos os lados da fronteira, onde a juventude tem liderado a Aliança Regional do Chá de Leite contra o autoritarismo. Na Birmânia, o Movimento de Desobediência Civil constitui a primeira estrutura de cooperação entre, em particular, a Geração Z (jovens em idade escolar), a federação sindical CTUM que convocou em 8 de fevereiro para uma greve geral, e os comitês populares locais. Por sua vez, a Liga Nacional para a Democracia reconstituiu um governo que exige ser reconhecido pela ONU. Finalmente, um "Comitê Geral de Greve das Nacionalidades", representando mais de 24 grupos, foi fundado em 11 de fevereiro. Metade das organizações étnicas armadas ameaçaram a junta com retaliação no caso de um ataque do exército ou da polícia aos manifestantes do MDL em seu território, sem no entanto apoiar Suu Kyi e a NLD. O Estado Karen em particular, no leste do país, está empenhado em proteger e apoiar qualquer membro das forças armadas que se alinhe com o MDL.

Do lado do regime, nenhuma deserção foi relatada pelo exército, ao contrário da polícia. Ele forma um corpo muito homogêneo onde as famílias dos soldados vivem em circuito fechado. Constitui um poder paralelo à administração civil de cima para baixo e em cada nível usa sua capacidade de influenciar a sociedade. Controlando dois grandes conglomerados, assim como o tráfico de pedras preciosas ou madeira, a "economia cáqui" é um capitalismo clientelista, capaz de cooptar até mesmo figuras da oposição Bamar (o grupo étnico majoritário que vive no delta do Irrawaddy). Está em andamento uma prova de força para reunir os representantes das minorias étnicas. Os militares têm os meios para implementar uma política universal de "dividir para reinar".

Estão sendo criados campos militares em escolas (para

monitorar o general Z), universidades e hospitais (cujo pessoal tem estado na vanguarda da resistência e tratando os feridos). Mais de 20.000 detentos comuns foram libertados para dar lugar aos presos políticos e causar estragos aos manifestantes. A vigilância obsessiva é exercida sobre a população. Os militares vangloriam-se de poder matar e saquear como quiserem. A junta poderia até mesmo organizar uma onda de fome para culpar a resistência. Combinando terror, corrupção e empobrecimento de uma população já duramente atingida pela Covid, eles esperam esgotá-la.

A revolução democrática em Mianmar sabe que está engajada em uma luta que pode durar muito tempo. Ela enfrenta um inimigo formidável que não deve ser subestimado. Ela oferece uma grande lição de coragem e compromisso. Ela não está sozinha. A demanda democrática tomou uma profunda ressonância no momento em que o autoritarismo dos regimes está aumentando da Ásia para a Europa, para as Américas ... causando por sua vez revoltas cívicas capazes de alcançar vitórias significativas. Mianmar, com suas diversas populações, tornou-se uma das novas "frentes quentes" de uma luta universal.